

Guia Formativo para docentes de estudantes com deficiência intelectual na EJA: relato de elaboração

ARTIGO

Olga Mara Buenoⁱ

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil

Rita de Cássia da Silva Oliveiraⁱⁱ

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil

1

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar o processo de elaboração de um produto pedagógico, desenvolvido no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (Profei). Trata-se de um Guia Formativo destinado a docentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atendem estudantes com Deficiência Intelectual, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A pesquisa que o subsidia é um estudo de campo. Participaram desse estudo docentes, gestores e estudantes com deficiência intelectual. Utilizaram-se questionários e entrevistas abertas para a coleta de dados e técnicas da Análise de Conteúdo para a análise. Teoricamente, tem-se Vygotsky como aporte central. Para as propostas que o constituem, as referências principais são Zerbato (2018), com estratégias do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), e Marins (2019), com Tutoria por Pares. A aplicação desse produto acrescentou à prática pedagógica inclusiva dos docentes participantes da pesquisa e pode inspirar outros estudos nessa perspectiva.

Palavras-chave: Produto Pedagógico. Educação Inclusiva. Deficiência Intelectual. Educação de Jovens e Adultos.

Training Guide for Teachers of Students with Intellectual Disabilities in EJA: Development Report

Abstract

This article aims to present the process of creating a pedagogical product, developed within the scope of the Professional Master's Degree in Inclusive Education in the National Network (PROFEI). It is a Training Guide intended for teachers of Youth and Adult Education (EJA) who assist students with Intellectual Disabilities, in the final years of Middle School and High School. The research that supports it is a field study. Teachers, managers and students with intellectual disabilities participated in this study. Questionnaires and open interviews were used for data collection, and Content Analysis techniques for analysis. Theoretically, it has Vygotsky as its central contribution. For the proposals that constitute it, the main references are Zerbato (2018), with strategies of Universal Design for Learning (UDL), and Marins (2019) on Peer Tutoring. The application of this product added to the inclusive pedagogical practice of the teachers participating in the research and can inspire other studies in this perspective.

Keywords: Pedagogical Product. Inclusive Education. Intellectual Disability. Youth and Adult Education.

1 Introdução

Os movimentos de luta e construção da escola inclusiva têm como marco a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que traz como objetivo informar sobre políticas e guiar ações governamentais para a inclusão de todos os estudantes na escola, entre eles o grupo das pessoas com deficiência. No Brasil, o direito das pessoas com deficiência à escola está assegurado na Constituição Federal (Brasil, 1998), reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996), em seu capítulo V, alterado pela Lei n. 12.796 (Brasil, 2013) sobre a educação de pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Para orientar a organização das escolas inclusivas, no ano de 2008, foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, destinando à Educação Especial significativa relevância, pelos encargos atribuídos a essa modalidade de ensino, que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades (Brasil, 2008). A preocupação com a configuração das escolas inclusivas e as práticas acessíveis vem movimentando a pesquisa nesse campo, sobretudo nos últimos anos.

Na EJA, especificamente para as etapas finais da escolarização, Bueno e Oliveira (2022a) constataram, por meio de pesquisa bibliográfica realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como descriptores os termos “Educação de Jovens e Adultos”, “deficiência intelectual”, “atendimento educacional especializado” e “desenvolvimento pedagógico”, no período compreendido entre o ano de 2008, quando foi implementada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, e o ano de 2020, a premência de mais estudos nessa área. A referida pesquisa identificou que há fragilidades na implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a EJA e escassez de estudos e conhecimentos sobre práticas pedagógicas e curriculares voltadas ao desenvolvimento escolar de jovens e adultos com deficiência intelectual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da EJA.

Assim, justifica-se a pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional (Profei), que buscou fundamentação teórica para ancorar propostas para práticas pedagógicas e curriculares acessíveis, visando ao desenvolvimento pedagógico de jovens e adultos com deficiência intelectual nas etapas finais da escolarização na EJA. Para sustentar o estudo, optou-se pela Teoria Histórico-Cultural, justificada pelo posicionamento da investigação, que deposita seus elementos fundantes na visão psicossocial da deficiência intelectual, tendo os aspectos da mediação e da compensação, presentes nos estudos sobre a Defectologia, de Vigotski (1997; 2021), como elementos que estimulam a aprendizagem, desenvolvimento pedagógico e social, o que coaduna com os princípios da Educação Inclusiva, de respeito às diferenças humanas em uma escola onde todos são capazes de aprender, proporcionando condições de ensino para as diferentes formas de aprendizagem (UNESCO, 1994).

Dessa forma, propôs-se um estudo de campo em um Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA), que são escolas que atendem exclusivamente jovens e adultos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em um município no estado do Paraná. Esse estudo foi dividido em duas etapas. A primeira etapa objetivou identificar as concepções da escola e os aspectos a serem aprimorados na escolarização dos jovens e adultos com deficiência intelectual. Esses dados orientaram a elaboração de um produto pedagógico.

A segunda resultou na aplicação desse produto, um itinerário de formação continuada elaborado a partir de elementos identificados na primeira parte, subsidiados pelo referencial teórico. Essa proposta de formação foi organizada em formato final, em *e-book*, para ser disponibilizada como material de consulta *on-line*. A elaboração do produto pedagógico é requisito obrigatório no âmbito da pesquisa no Profei.

A instituição de ensino escolhida para a pesquisa atende jovens, adultos e idosos, contando, no momento da investigação, com 453 alunos frequentando os turnos vespertino e noturno. O AEE disponibilizado era a Sala de Recursos Multifuncionais Tipo I na EJA, na área da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, com funcionamento nos turnos

vespertino e noturno, que, no período pesquisado, contava com 13 alunos. Desse total, cinco são alunos com deficiência intelectual, dois deles frequentando o Ensino Fundamental e três, o Ensino Médio.

Durante o período da pesquisa, a escola apresentava 30 professores atuando nos diferentes componentes curriculares. Essa instituição faz parte de um Núcleo Regional de Educação (NRE), que é a instância que coordena e orienta as práticas inclusivas nas escolas, representando a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR).

Nesse contexto, optou-se pela escuta dos seguintes grupos: três alunos com deficiência intelectual, com idade entre 20 e 45 anos; a coordenação do NRE (um coordenador); o diretor da escola; duas pedagogas; e dez professores, de diferentes componentes curriculares, que concordaram em participar da pesquisa. Na segunda etapa, voltada para a aplicação do produto pedagógico – um curso estruturado como itinerário formativo, com carga horária de 40 horas – contaram-se com a colaboração de uma pedagoga, do diretor da escola e dos dez professores.

Esse produto foi disponibilizado em sua versão final como um guia formativo, de caráter didático, em formato de livro digital, sendo que o processo de pesquisa, elaboração e aplicação desse material será detalhado na sequência.

2 Metodologia

A pesquisa que resultou na dissertação intitulada *Escolarização de Jovens e Adultos com deficiência intelectual: contribuições da Teoria Histórico-Cultural para o desenvolvimento pedagógico* (Bueno, 2022) e na elaboração do produto pedagógico considerou o seguinte problema: que contribuições os estudos histórico-culturais podem trazer ao aprimoramento das práticas pedagógicas e curriculares e ao desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência intelectual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da EJA?

Partindo desse questionamento, o estudo teve como objetivo geral: analisar como os estudos da Teoria Histórico-Cultural podem contribuir para a melhoria das práticas

pedagógicas e curriculares, visando ao desenvolvimento pedagógico de alunos com deficiência intelectual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da EJA.

5

Os objetivos específicos se subdividiram em: a) analisar como o atendimento educacional especializado e as práticas pedagógicas para os jovens e adultos com deficiência intelectual estavam sendo construídas na escola pesquisada; b) identificar as concepções da escola sobre as práticas pedagógicas inclusivas para o atendimento aos alunos com deficiência intelectual e aspectos a serem aprimorados nesse contexto; c) elaborar um produto pedagógico, com estratégias e intervenções práticas, de fácil acesso, para subsidiar o trabalho docente nessa perspectiva.

Para isso, a investigação caracterizou-se pela abordagem qualitativa, natureza aplicada e objetivo exploratório. A abordagem foi definida como qualitativa, pois considerou a existência de uma relação dinâmica entre os fatos e os sujeitos e que ainda a subjetividade desses sujeitos não poderia ser definida por números, situação em que os pesquisadores tendem a analisar os dados de forma indutiva (Prodanov; Freitas, 2013).

Quanto à natureza aplicada, para Prodanov e Freitas (2013), uma pesquisa tem essa característica quando visa a gerar conhecimentos para uma aplicação prática em virtude de problemas específicos. A presente pesquisa foi definida em função dessa natureza, por buscar conhecimentos acerca da inclusão do jovem adulto com deficiência intelectual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da EJA, considerando uma escola e uma realidade específica.

De acordo com Gil (2002, p. 41), as pesquisas classificadas com base em seus objetivos como exploratórias visam a proporcionar maior aproximação com o problema, com o tema investigado, para torná-lo mais explícito ou estimular a formação de hipóteses. Pode-se dizer que a intenção principal seja “o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Com base em seus procedimentos, a pesquisa foi definida como um estudo de campo, o que exigiu inicialmente um levantamento bibliográfico. O estudo de campo utiliza as técnicas de observação direta das atividades do grupo em estudo, questionários ou entrevistas para captar explicações e interpretações do que ocorre naquele contexto (Gil, 2002).

Para a coleta dos dados, foram utilizados questionários abertos para os participantes profissionais da educação e uma entrevista semiestruturada destinada aos estudantes com deficiência intelectual. Os questionários foram aplicados de forma *on-line*, com *link* para acesso disponibilizado via *e-mail*. As entrevistas com os alunos foram realizadas presencialmente, de forma individual. Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UEPG, parecer n. 4.825.587.

2.1 Análise dos dados

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, que “é um conjunto de técnicas de exploração de documentos, que procura identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um determinado texto” (Oliveira *et al.*, 2003, p. 5). As principais etapas dessa técnica são: organização do material de trabalho, definição das unidades de registro, definição e delimitação do tema, definição de categorias, codificação e análise frequencial, análise estatística multivariada e interpretação (Bardin, 1977; Oliveira *et al.*, 2003).

Considerando os objetivos da pesquisa, os princípios organizatórios de análise adotados foram os seguintes: a) organização do material de trabalho; b) definição das unidades de registro; c) definição e delimitação das categorias; d) análise, interpretação e registro. Após a etapa de organização e leitura do material, foram definidas as categorias iniciais, posteriormente aglutinadas em categorias intermediárias, determinando a definição das categorias finais ou terminais para a análise. De acordo com Bardin (1977, p. 119), geralmente, “as categorias terminais provêm do reagrupamento progressivo de categorias com uma generalidade mais fraca”.

Com base nos elementos identificados nas categorias menores, nos objetivos e no aporte teórico da pesquisa, as categorias terminais foram divididas em subcategorias e serão discutidas no tópico seguinte, sobre os resultados.

Quadro 1 – Categorias terminais e subcategorias

CATEGORIAS TERMINAIS	SUBCATEGORIAS
1. Acesso	Políticas de inclusão para a EJA
	Motivação para procurar a escola
2. Desenvolvimento Escolar	Atendimento educacional especializado
	Formação de professores
	Práticas pedagógicas e curriculares

7

Fonte: Bueno (2022).

3 Resultados e Discussão

3.1 O acesso

As políticas inclusivistas têm possibilitado que cheguem aos espaços da EJA os que outrora estavam à margem (Arroyo, 2017). No entanto, ainda que pesem os avanços na legislação, os autores Nascimento (2017), Trentin (2018), Leite e Campos (2018) e Morais (2019) revelam que são muitos os desafios para essa modalidade, como a carência de trabalhos acadêmicos, a necessidade de políticas sistematizadas de formação continuada e insuficiência de políticas específicas para a EJA.

Apesar de a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) afirmar que a educação inclusiva na EJA é restauradora e reparadora pelas possibilidades de desenvolvimento e participação social, os desafios para a estruturação do processo inclusivo ainda persistem: sistematização de políticas públicas inclusivas específicas ao público jovem, adulto ou idoso com deficiência que impliquem a oferta de atendimento educacional e a motivação para uma vida produtiva, visto que, do ponto de vista dos estudos histórico-culturais, o que se busca é o desenvolvimento do indivíduo.

3.2 Desenvolvimento escolar

A oferta de AEE é o primeiro elemento que implica o desenvolvimento pedagógico do estudante jovem ou adulto com deficiência intelectual. A generalização acerca dessa oferta é problematizada por Mendes (2017), que a reconhece como uma oferta de “tamanho único”, que tem que servir a todos os públicos, desconsiderando especificidades e potencialidades, como é o caso do aluno jovem ou adulto com deficiência intelectual que trabalha durante o dia.

A configuração da oferta do AEE, a partir da legislação principal, que sustenta a materialização desse atendimento na EJA, é abordada no primeiro percurso formativo que constitui o itinerário de formação docente proposto no produto pedagógico.

Sobre a formação de professores, de forma geral, os estudos ainda mostram que os docentes não se sentem preparados para enfrentar a diversidade e as diferentes necessidades de aprendizagem que a inclusão traz para a sala de aula, pela insuficiência de preparo teórico-metodológico na formação inicial (Tassinari, 2019; Bueno, 2019; Leite, 2020).

Em relação às dificuldades que encontravam na prática, entre os docentes, prevaleceram apontamentos que destacaram: a falta ou insuficiência de conhecimentos para adequar/adaptar atividades e materiais considerando as especificidades da deficiência intelectual e a forma como esses estudantes aprendem. Por outro lado, os estudantes relataram que apresentavam dificuldades para compreender e realizar atividades no mesmo ritmo que os demais estudantes da turma. Já entre os gestores, os apontamentos remeteram aos desafios que a inclusão traz à escola na estruturação do AEE e, na sala de aula, em relação às práticas pedagógicas.

Esses dados foram utilizados para o planejamento e a organização de dois eixos de estudo: o eixo um considerou as fragilidades na formação inicial e continuada, de entendimento da deficiência, das possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento; e o eixo dois abordou o entendimento das adequações curriculares necessárias para o atendimento pedagógico à pessoa com deficiência intelectual. Esses eixos estão

contemplados no produto pedagógico, constituindo os percursos formativos dois e três, respectivamente.

9

Sobre as práticas pedagógicas e curriculares, os professores consideraram que há a necessidade de mudanças nas ações, para que a escolarização seja significativa aos jovens e adultos com deficiência intelectual. Da compreensão dos estudos histórico-culturais, algumas estratégias que envolvam os processos de colaboração, da mediação e elementos de compensação (Vigotski, 1997; 2021), com o entendimento da zona de desenvolvimento proximal e estímulo das funções psicológicas superiores complexas (Vigotski, 2007), são contributivas ao processo inclusivo e, de maneira didática, para a formação docente.

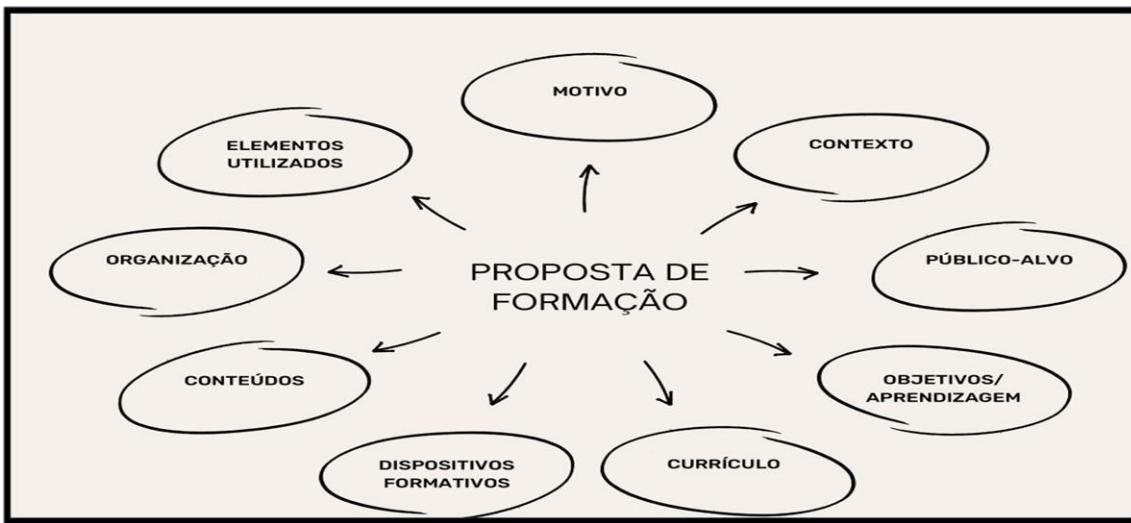
A partir dessas concepções, pensou-se no uso das principais estratégias: a Tutoria por Pares (Marins, 2019) e o uso de elementos do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (Zerbato, 2018), conteúdo disponibilizado no terceiro percurso formativo. O planejamento e a aplicação desse produto pedagógico são descritos na sequência.

3.3 Planejamento do Produto Pedagógico

Para definição da categoria do produto pedagógico, foi desenvolvido um estudo de casos e soluções educacionais por meio da técnica de *Benchmarking* (Yanaze, 2018), com elaboração de matriz comparativa e analítica em recursos educacionais similares, disponibilizados no buscador da web eduCAPES em <https://educapes.capes.gov.br>. Essa técnica permitiu comparar as variáveis: público-alvo; contexto; proposta pedagógica; usabilidade; acessibilidade; resultados; e as suas subvariáveis, para avaliar desde a interface (elementos visuais e informativos) até os modelos de orientação e instrução.

Foram analisados três recursos educacionais e, a partir daí, o produto foi definido como uma proposta de formação docente a ser disponibilizada em um livro digital sob o formato de um guia formativo, porém com caráter didático, conforme as etapas do planejamento, representadas no esquema a seguir:

Figura 1 – Etapas do planejamento



10

Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

O motivo e o contexto desse produto estão relacionados à compreensão de que não basta apenas garantir o acesso, mas, sobretudo, deve-se pensar em como estimular o desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência intelectual. Para compreensão do público-alvo, foram analisados os seguintes aspectos, utilizando-se da ferramenta Mapa de Empatia: 1. Com quem se está buscando ser empático; 2. O que precisam fazer; 3. O que eles veem; 4. O que falam; 5. O que fazem; 6. O que escutam; e 7. O que pensam e sentem (Mapa de Empatia, 2017).

Com o emprego dessa ferramenta, obteve-se maior compreensão do público para quem o produto pedagógico estava sendo planejado, o que colaborou com a definição dos objetivos de aprendizagem, que foram estruturados com base na Taxonomia de Bloom (Rodriguez, 2020), considerando-se a estrutura de domínio cognitivo, em que os objetivos educacionais são organizados de forma hierárquica do mais simples (conhecimento) para o mais complexo (avaliação).

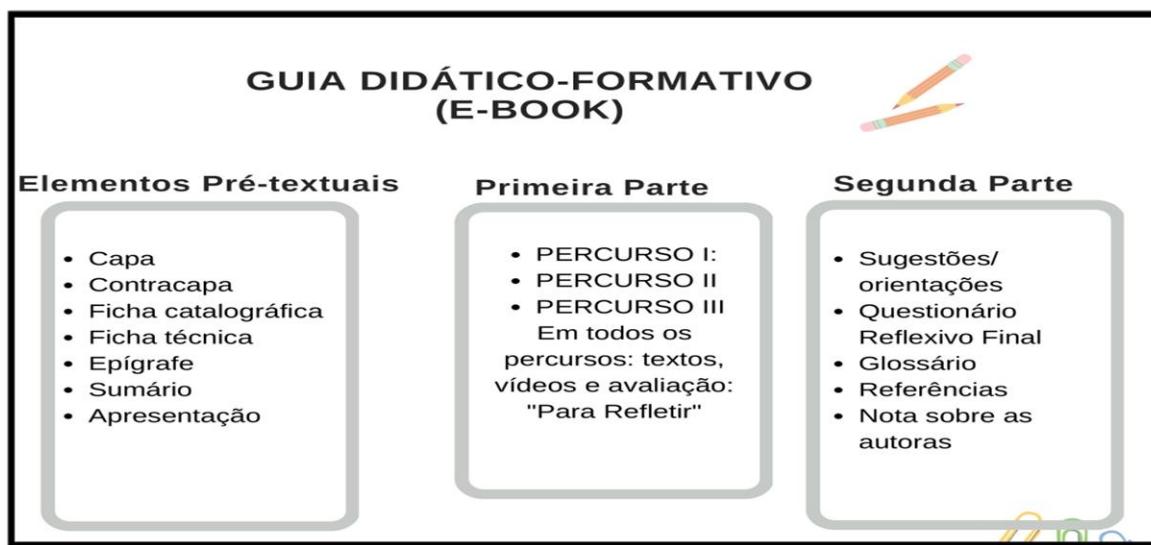
Dessa maneira, estipulou-se como macro-objetivo: apresentar contribuições para o desenvolvimento pedagógico de estudantes jovens e adultos com deficiência nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio da EJA. Os micro-objetivos foram

subdivididos em: informar-se sobre políticas inclusivas de pessoas com deficiência intelectual na EJA e no AEE; entender as implicações da deficiência intelectual e as possibilidades de desenvolvimento adulto, a partir dos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural; conhecer estratégias de atendimento pedagógico e curricular para práticas acessíveis para jovens adultos com deficiência intelectual.

11

Definidos os objetivos, o planejamento estendeu-se à seleção do currículo, dos conteúdos e dispositivos formativos. Por meio dos dados do estudo de campo, do levantamento teórico e da análise pela técnica de *Benchmarking* (Yanaze, 2018), foram definidos os elementos para a proposta formativa (curso de formação) e a organização do *e-book*, conforme a figura a seguir:

Figura 2 – Organização (elementos) do produto pedagógico



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024).

A primeira parte agrupou os três percursos formativos, e a segunda contemplou orientações e sugestões para os profissionais da educação. O primeiro percurso discutiu os marcos regulatórios para a inclusão das pessoas com deficiência na EJA e no AEE. O segundo abordou a definição de deficiência intelectual e as possibilidades de

desenvolvimento adulto sob os pressupostos da Teoria Histórico-Cultural. E, no terceiro percurso, foram elencadas algumas estratégias de atendimento pedagógico e curricular.

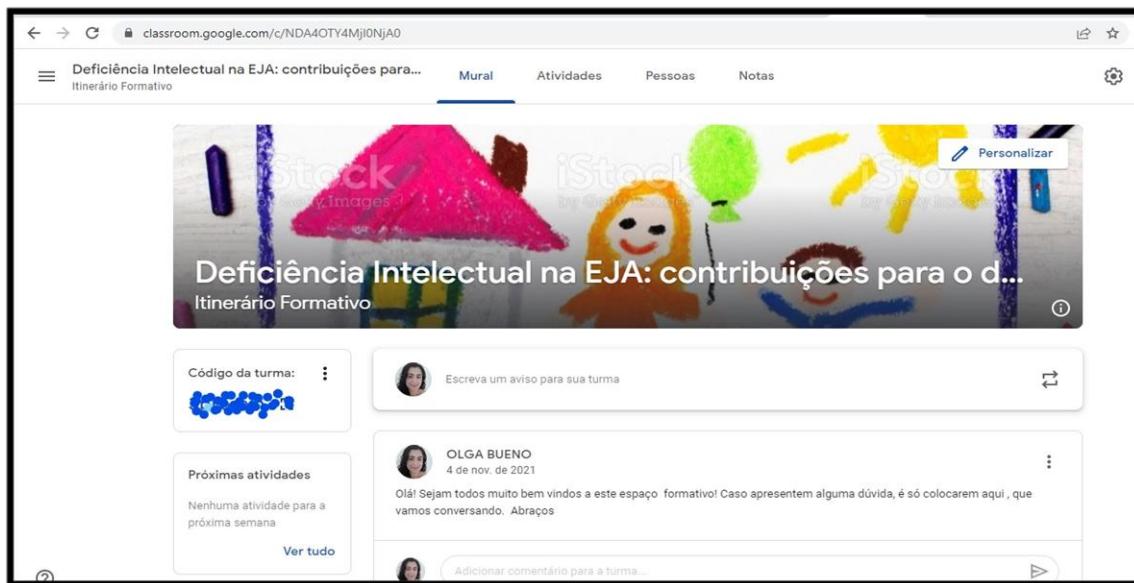
Esse roteiro corresponde à proposta pedagógica do curso de formação docente implementada na escola.

12

3.4 Tecnologia e acessibilidade

A proposta formativa foi aplicada na escola pesquisada, por meio de ambiente virtual de aprendizagem: Google Sala de Aula (Figura 3), com certificado aos participantes, por meio do Programa de Extensão Universitária, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Figura 3 – Ambiente virtual de aprendizagem (implementação)



Fonte: Google Sala de Aula – Bueno e Oliveira (2022b).

O ambiente da sala de aula foi formado por três percursos formativos, em um total de 10 horas cada um, mais um espaço com orientações/sugestões, com leitura obrigatória, com carga horária prevista de 10 horas. Cada percurso contemplou instruções para

acesso aos textos, materiais de estudo e proposta de atividade, sendo uma atividade por percurso. No final, foi disponibilizado um questionário para avaliar o itinerário formativo.

Esse curso de formação docente constituiu o produto pedagógico, disponibilizado em um *e-book*: *Contribuições para o desenvolvimento pedagógico de jovens e adultos com deficiência intelectual* (Bueno; Oliveira, 2022b), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UEPG, no seguinte endereço: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3709>.

Para a elaboração do *e-book*, utilizou-se o software CorelDraw, atentando-se aos critérios de usabilidade e acessibilidade. Para a construção da identidade visual, procurou-se criar uma apresentação atrativa, com imagens ao fundo que remetessem ao ambiente escolar na capa e na contracapa, baseando-se em orientações do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2020) para a construção de materiais acessíveis.

Figura 4 – Capa do produto pedagógico: *e-book*



Fonte: Bueno e Oliveira (2022b).

Para as demais partes que compõem esse recurso educacional, buscamos apresentar de forma clara as interfaces estabelecidas, como o tópico Sumário (Figura 5),

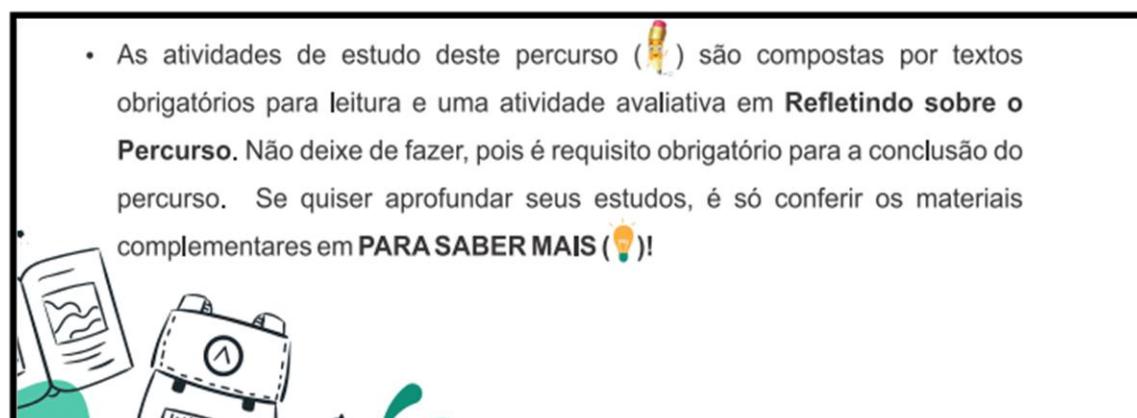
com as informações organizadas em grupos separados; Figura 6, com instruções para navegar e utilizar o material; ou na disponibilidade de *links* clicáveis (Figura 7).

Figura 5 – Sumário do produto pedagógico

SUMÁRIO	
APRESENTAÇÃO	05
IDENTIFICAÇÃO	07
1ª PARTE	
PERCURSO I : Política Inclusiva	09
Atividade 1: Vídeo sobre inclusão "Porco Espinho"	10
Atividade 2	10
Texto 1- Constituição Federal do Brasil	10
Texto 2- Declaração de Salamanca	11
Texto 3- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	12

Fonte: Bueno e Oliveira (2022b).

Figura 6 – Instruções para uso do material



Fonte: Bueno e Oliveira (2022b).



Figura 7 – Disponibilidade de *links clicáveis*

15

ATIVIDADE 1



Assista ao vídeo: “**Porco Espinho**”, para refletir sobre acolhimento e atendimento inclusivo na escola, disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yZOJ-Rn9hU>.

Fonte: Bueno e Oliveira (2022b).

Para a apresentação dos textos, a fonte utilizada foi Arial, por se tratar de um tipo sem serifa, muito usado no meio digital, que, graças ao seu visual mais limpo, torna a leitura menos cansativa, com preferência para a fonte em tamanho 14 (Oficina Brasileira – Desenho Universal para Livros Didáticos, p. 26).

Figura 8 – Apresentação do texto

TEXTO 1
RESOLUÇÃO N° 4 DE 2 DE OUTUBRO DE 2009

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade da Educação Especial.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

[...]



Fonte: Bueno e Oliveira (2022b).

Em relação aos critérios de acessibilidade em documentos digitais, de acordo com Salton, Dall Agnol e Turcatti (2017), deve-se evitar dividir o texto em colunas, não utilizar caixas de texto e notas de rodapé. Quanto ao uso de imagem, é importante descrever



todas as que transmitem conteúdos, pois leitores de tela só informam o conteúdo de imagens se elas apresentarem descrições.

Quanto ao uso de vídeo, disponibilizado como material obrigatório, foram priorizados, na pesquisa e no planejamento dos conteúdos, materiais audiovisuais que oferecem elementos de acessibilidade por meio de audiodescrição.

16

O produto pedagógico Guia Formativo para docentes da EJA foi planejado para ser usado como proposta de formação continuada e como material de pesquisa. O emprego das tecnologias possibilitou implementar maior acessibilidade, tanto em acesso quanto em divulgação, considerando-se a aplicabilidade em diferentes contextos, que congregam incidências similares em seus processos inclusivos.

4 Considerações finais

A proposta formativa que compõe o produto pedagógico buscou articular aspectos teóricos da Teoria Histórico-Cultural às situações vivenciadas pelos participantes (estudantes, professores, pedagogos e gestor), com reflexões sobre a prática, objetivando o aprimoramento das práticas inclusivas, a partir dessa perspectiva.

Após a implementação, os cursistas mencionaram alterações propositivas relacionadas aos aspectos da mediação, das formas de compensação e dos caminhos indiretos a serem proporcionados, para desenvolvimento escolar e aprendizagem do jovem ou adulto com deficiência intelectual, condicionados à adoção de estratégias pedagógicas acessíveis, tendo como referência as abordagens do produto pedagógico, como questões fortalecedoras da prática inclusiva.

A disponibilidade final do material em formato de *e-book* foi bem avaliada pelos docentes participantes da pesquisa quanto à sua usabilidade, que, pelas características de um guia formativo, com propósito didático, poderá servir de apoio a outras escolas de EJA, ao trabalho docente, para o desenvolvimento escolar de estudantes com deficiência intelectual que chegam aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Espera-se que o relato de elaboração desse recurso educacional possa servir a outros professores pesquisadores, dar visibilidade à inclusão de pessoas com deficiência intelectual na EJA e inspirar outros estudos com potencial para contribuir para práticas pedagógicas e curriculares mais acessíveis.

17

Referências

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA, itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucacao/constitucacao.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394/96**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 22 dez. 2020.

BUENO, Melina Brandt. **Educação de Jovens e Adultos**: formação continuada colaborativa entre professores da sala comum e da Educação Especial. 2019, 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial: Educação do Indivíduo Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7398946. Acesso em: 04 jan. 2021.

BUENO, Olga Mara. **Escolarização de jovens e adultos com deficiência intelectual**: contribuições da teoria histórico-cultural para o desenvolvimento pedagógico. 2022, 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional – Área de

Concentração: Educação Inclusiva). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3709>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva de. Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos: vozes da pesquisa científica na área (2008-2020). **Revista Educação Especial**, [S. I.], v. 35, p. e2/1–26, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65908>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva de. **Escalarização de jovens e adultos com deficiência intelectual**: contribuições da teoria histórico-cultural para o desenvolvimento pedagógico. 2022. 55 f.; [Livro Eletrônico] E-book. Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, Ponta Grossa: UEPG, 2022b. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3709>. Acesso em: 16 jan. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Dicas de Acessibilidade na EAD**. Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS, 2020. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/dicas-de-acessibilidade-na-ead/>. Acesso em: 16 set. 2021.

LEITE, Graciliana Garcia; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Percurso Escolar de Estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Nível Ensino Médio. **Rev. Bras. Ed. Espec.**, Marília, v. 24, n. 1, p. 17-32, jan.-mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/gZmX3FJMmbgGTb9GHkDNTTK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

LEITE, Graciliana Garcia. **Prática pedagógica e planejamento educacional para uma jovem com deficiência intelectual na EJA**. 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12911>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MAPA DE EMPATIA. **O analista de Modelos de Negócios**, 2015. Disponível em: <https://analistamodelosdenegocios.com.br/mapa-de-empatia-o-que-e/>. Acesso em: 02 set. 2021.

MARINS, Kéren-Hapuke Cabral de. **Benefícios e desafios da tutoria por pares para alunos com deficiência intelectual**. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12395?show=full>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “inclusões” ou da “inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandre Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (orgs.). **Educação Especial Inclusiva**: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. p. 60-83.

19

MORAIS, Paula Varlanes Brito. **Interface entre Educação de pessoas jovens, adultas e idosas e a Educação Especial**: contextos de múltipla (in) visibilidade. 2019, 136 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7456098. Acesso em: 04 jan. 2021.

NASCIMENTO, Martha de Cassia. **Interface entre EJA e Educação Especial no município de Guanambi**: escolarização de estudantes com deficiência intelectual. 2017, 224 f. Tese (Doutorado em Educação Especial: Educação do Indivíduo Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5564180. Acesso em: 02 jan. 2021.

OFICINA BRASILEIRA – DESENHO UNIVERSAL PARA LIVROS DIDÁTICOS. Desenho Universal para livros didáticos. **Movimento Down**. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Manual-FINAL-bibliografia.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

OLIVEIRA, Eliana et al. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n. 9, p. 11-27, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/6479>. Acesso em: 14 de jan. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Cesar Ernani. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUEZ, Nerea Babarro. Taxonomia de Bloom: o que é, para que serve e objetivos. **Psicologia-Online**, 2020. Disponível em: https://br.psicologia-online.com/taxonomia-de-bloom-o-que-e-para-que-serve-e-objetivos-344.html#anchor_1. Acesso em: 19 out. 2021.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI Alissa. **Manual de acessibilidade em documentos digitais**. Bento Gonçalves: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

TASSINARI, Ana Maria. **Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com Deficiência Intelectual**. 2019, 159 f. Tese (Doutorado em Educação

Especial: Educação do Indivíduo Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7818607. Acesso em: 04 jan. 2021.

20
TRENTIN, Valéria Becher. **Escolarização de jovens com Deficiência Intelectual na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. 2018, 212 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6307621. Acesso em: 08 jan. 2021.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais – 1994**. Brasília (DF): Escritório da Representação da UNESCO no Brasil, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 18 set. 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras Escogidas V: Fundamentos de Defectología**. Tomo V. Trad. Lic. Ma. Del Carmen Ponce Fernández. Habana: Editora Pueblo y Educación, 1997.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Problemas da Defectologia**. Organização, edição, tradução e revisão técnica de Zóia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

YANAZE, Leandro Key Higuchi. **Benchmarking para Designers Educacionais**. Curso Superior de Tecnologia em Design Educacional, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2018. Disponível em: https://profei.uemanet.net/pluginfile.php/3095/mod_page/content/6/Texto%20TEDE%20Benchmarking%20para%20Designers%20Educacionais%20v1.pdf. Acesso em: 02 set. 2021.

ZERBATO, Ana Paula. **Desenho Universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar**: potencialidades e limites de uma formação colaborativa. 298 f. Tese (Doutorado em Educação Especial). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCAR, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9896?show=full>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ⁱ **Olga Mara Bueno**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4243-4822>

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Educação Inclusiva. Graduada em Letras Português/Inglês e Pedagogia. Professora de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto de Pesquisa. Curadoria de Dados. Investigação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0005701703627383>

E-mail: olgamarabueno@gmail.com

ⁱⁱ **Rita de Cássia da Silva Oliveira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9382-7573>

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Pós-Doutora em Educação. É professora permanente do Mestrado e do Doutorado em Educação – UEPG. Professora do Mestrado em Educação Inclusiva – UEPG. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade – UEPG. Pesquisadora de produtividade do CNPq.

Contribuição de autoria: Administração do Projeto de Pesquisa. Orientação. Correção. Supervisão. Visualização.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0396336269506743>

E-mail: soliveira@uepg.br

Editora responsável: Genifer Andrade.

Especialistas ad hoc: Marcos Vinicius Reis Fernandes e Helga Porto Miranda.

Como citar este artigo (ABNT):

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. Guia Formativo para docentes de estudantes com deficiência intelectual na EJA: relato de elaboração. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15236, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15236>

Recebido em 17 de março de 2025.

Aceito em 05 de maio de 2025.

Publicado em 11 de agosto de 2025.

